A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E NA UFPA: os ataques, a ameaça e o desmonte das políticas educacionais

Lilian Cristina Santos Araújo[1]

Resumo
O presente artigo objetivou apresentar um estudo em curso sobre a Assistência Estudantil no Brasil e na Universidade Federal do Pará (UFPA), além de apontar as ameaças e a política de desmonte das universidades públicas por parte do Ministério da Educação e pelo Governo Federal. Metodologicamente adotamos, além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental em marcos regulatórios no intuito de fomentar a educação enquanto direito social duramente conquistado, entretanto, tampouco efetivado em sua concretude. Pontuamos a expansão do Ensino Superior no Brasil e a criação e expansão da UFPA como Universidade *multicampi*. Concluímos que as restrições orçamentárias impostas pelo Estado brasileiro às Instituições de Ensino Superior públicas corroboram para a intensificação da situação de pobreza, desigualdade e exclusão social. Nesse contexto, constatamos que a luta coletiva se faz necessária e primordial para enfrentar e resistir aos ataques à educação crítica e à Universidade pública, gratuita e de qualidade.
Palavras-chave: Assistência Estudantil. UFPA. Ensino Superior.

ABSTRACT
This article aimed to present an ongoing study on Student Assistance in Brazil and at the Federal University of Pará (UFPA), in addition to pointing out the threats and policy of dismantling public universities by the Ministry of Education and the Federal Government. Methodologically, we adopted, in addition to bibliographical research, documental research in regulatory frameworks in order to promote education as a hard-won social right, however, which was not implemented in its concreteness either. We highlight the expansion of Higher Education in Brazil and the creation and expansion of UFPA as a multicampi University. We conclude that the budgetary restrictions imposed by the Brazilian State on public Higher Education Institutions contribute to the intensification of the situation of poverty, inequality and social exclusion. In this context, we see that the collective struggle is necessary and essential to face and resist attacks on critical education and public, free and quality University.
Keywords: Student Assistance. UFPA. University education.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: lilianaraujo@ufpa.br

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo elegemos como importante tema de pesquisa a Assistência Estudantil (AE) no Brasil e na Universidade Federal do Pará (UFPA) - uma Universidade *multicampi*, uma vez que essa instituição foi eleita como *lócus* de pesquisa de vindoura dissertação, mas, por ser espaço de atuação profissional da pesquisadora.

Com o objetivo de estudar sobre a AE no Brasil e, especialmente, na UFPA, realizamos pesquisa bibliográfica e documental na tentativa de fomentar a educação enquanto direito social, o qual é tomado como serviço pelo Estado e por um gestor federal que se sustenta no poder de forma antidemocrática e anti-intelectual, executando ações que atacam, ameaçam e desmontam gradativamente a educação pública.

Metodologicamente realizamos a pesquisa bibliográfica com base em artigos e livros de autores (CHAVES, 1997; CAMARGO, et al., 2006; MARQUES, et al., 2021; LEHER, 2019; entre outros) cujos temas tem alguma relação com a temática apresentada. Além disso, adotamos a pesquisa documental, principalmente, pautada no marco regulatório devido a necessidade de se analisar documentos e legislações acerca dos estudos em políticas educacionais, pois

> Tomando documentos como empiria – mas não como verdadeiros absolutamente –, consideramos que só podemos entendê-los se sobre eles formos capazes de teorizar, de apanhá-los conceitualmente, para alcançar sua concretude, num processo de contrainternalização (EVANGELISTA; SHIROMA, 2018, p. 86).

Nessa busca da concretude em relação às análises dos documentos, compreendemos que é necessário encontrar subsídios para pensar de que forma as políticas se articulam, como se organizam e são implementadas pelo bloco do poder governamental.

Para melhor organização e compreensão do presente estudo, apresentamos a criação da UFPA, sua expansão enquanto Universidade *multicampi*, e sua importante colaboração no desenvolvimento do Estado do Pará e da Região Amazônica, sem

deixar de destacar que ao obedecer ao ideário neoliberal, essa expansão universitária também contribuiu para a gradativa privatização e mercantilização da educação.

Destacamos nossas reflexões e percepções sobre a temática abordada, mas, especialmente, sobre a importância da classe trabalhadora, dos estudantes, dos profissionais da educação e da sociedade civil de modo geral em compreender a atual situação que se encontra a política educacional no país, o desmantelamento do Ensino Superior, da Assistência Estudantil, da pesquisa, da ciência, do ambiente acadêmico e do conhecimento crítico no Brasil.

Nosso artigo enfatiza a intensificação da situação de pobreza, o avanço das desigualdades sociais e a exclusão social aprofundada com o corte orçamentário nas universidades federais, o corte de bolsas e o desincentivo à pesquisa na Pós-Graduação.

Apontamos ainda que esse corte de verbas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) atinge diretamente as ações de Assistência Estudantil, pois, impossibilita a ampliação de vagas nos processos seletivos de estudantes para recebimento dos auxílios e reafirma AE como política seletiva, excludente e focalista.

2. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ: espaço e contexto de uma universidade *multicampi*

Após 5 anos de tramitação legislativa, a Universidade do Pará, hoje conhecida como Universidade Federal do Pará (UFPA), foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957 (BRASIL, 1957) e sancionada pelo presidente JK, com base no modelo de organização das demais universidades criadas no Brasil e formada pela congregação de sete faculdades existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciência e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Integrada à rede de universidades já existentes no país, a UFPA, primeira Universidade da Amazônia, mudou a história cultural do Estado do Pará. Nascida diante do contexto político e econômico desenvolvimentista da era de Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), no qual vivenciamos um período de “[...] substituição de importações, quando, junto com a indústria automobilística, foram criadas as

universidades, porque, além dos profissionais liberais, necessitava-se de outras especialidades [...]" (CHAVES, 1997, p. 57), a UFPA contribuiu para alavancar o mercado de trabalho que se expandia no Brasil.

Oitava Instituição Federal de Ensino Superior do país, a UFPA teve seu primeiro Estatuto Universitário aprovado por meio do Decreto nº 42.427, de 12 de outubro de 1957. Essa instituição, desde a sua criação, teve e tem importante destaque e participação na produção e difusão do conhecimento científico no Pará e na Amazônia, além de sua contribuição social, a qual é percebida com

> Um simples olhar para a atuação da UFPA em suas áreas de competência em ensino, pesquisa e extensão, mas, também, em sua capacidade institucional crítica e política, especialmente em defesa dos valores humanos fundamentais, das questões étnico-raciais, da natureza e da democracia sinaliza a extensão dos seus benefícios diretos e indiretos para a sociedade paraense e amazônica. (MARQUES et al., 2021, p. 9).

Com sede administrativa localizada na Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto[2], no município de Belém, capital do Estado do Pará, onde também funcionam institutos e faculdades, a UFPA

> Foi criada com o compromisso de desenvolver educação, ciência e tecnologia apropriadas ao contexto amazônico e com o objetivo de atender às expectativas de desenvolvimento regional e as necessidades do desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil que demandava a formação de outras especialidades para além de profissionais liberais. (CAMARGO, et al., 2006, p. 144).

Com a missão de "Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável" (UFPA, 2021), ao longo dos seus 64 anos de existência, essa instituição se interiorizou e, de acordo com estudos realizados por Camargo (et al., 2006), com base no Projeto de Interiorização da UFPA formulado em 1985, entre outras ações, planejou expandir sua área de atuação com a criação de oito *Campi* universitários nos chamados municípios-sede (Abaetetuba, Altamira, Bragança, Castanhal, Cametá, Marabá, Santarém e Soure).

[2] Nomeado Reitor em 1960, o Professor José da Silveira Netto permaneceu no maior cargo administrativo da UFPA por 8 anos, inclusive nos primeiros anos após o Golpe de 1964, de onde referendou atos da ditadura militar.

Com a expansão da UFPA, a partir da década de 1990 o núcleo de Breves, que inicialmente fazia parte do *Campus* de Soure, se transformou em *Campus.* Além disso, em 2009, o *Campus* de Santarém é desmembrado da UFPA e se transforma em Universidade, a chamada Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) – sob a Lei 12.085, de 5 de novembro de 2009 – e em 2013 o *Campus* de Marabá se torna a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) – por meio da Lei 12.824, de 5 de junho de 2013 (BRASIL, 2013a).

Atualmente, além do *Campus* de Belém, a UFPA possui mais 11 *Campi* espalhados no território paraense: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí, constituindo-se como uma Universidade *multicampi*, mesmo sem grandes investimentos do Governo Federal, pois durante seu processo de Interiorização "[...] a ajuda das prefeituras e do Governo do Estado foram fundamentais [...]" (CAMARGO, et al., 2006, p. 149).

Durante a pesquisa sobre a criação da UFPA, constatamos que

> A Universidade brasileira no seu todo, com algumas exceções, tem caminhado nas duas últimas décadas rumo a um processo interno de privatização. Esse fato se acentua no momento em que ocorre uma reforma no Estado brasileiro que coloca a educação como serviço não exclusivo do aparelho estatal. A ocorrência da reforma, enquanto uma adequação à crise do capital, segundo seus autores, exigia um forte ajuste fiscal com cortes, sobretudo no social. (CAMARGO, et al., 2006, p. 147).

Dessa forma, refletimos que sua expansão trouxe avanços no que tange o número de cursos ofertados, a qualificação dos docentes em nível de mestrado e doutorado, a ampliação e o melhoramento da infraestrutura da Universidade e, principalmente, no desenvolvimento do Estado e da Região Amazônica, entretanto, internamente a UFPA também caminhou rumo a um processo de privatização, principalmente devido a crescente falta de investimentos do Governo Federal no Ensino Superior público, sobretudo, nos últimos anos.

2.1 A expansão no Ensino Superior e a Assistência Estudantil no Brasil e na UFPA

Na história mais recente do país, além da Carta Magna de 1988 (BRASIL, 1988), outros aportes legais, tratam da expansão do Ensino Superior no Brasil e da ampliação de demandas dos estudantes quanto ao acesso, permanência e conclusão dos cursos de graduação das IFES.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 para "ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal" (BRASIL, 2010), se configura como importante instrumento a fim de promover o acesso ao Ensino Superior, e em condições justas de oportunidades, da população mais empobrecida, pois, visa atender "prioritariamente estudantes oriundos de rede pública de educação básica ou com renda *per capita* até um salário mínimo e meio [...]" (BRASIL, 2010).

Aos estudantes indígenas e quilombolas, foi criado, no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa Bolsa Permanência do MEC (PBP/MEC), regido pela Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013 (BRASIL, 2013b), para conceder bolsas para estudantes indígenas e quilombolas em vulnerabilidade socioeconômica, em especial, na perspectiva de garantir o acesso, permanência e conclusão de curso de graduação do referido público.

Com a Lei 13.409 de 28 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016a), que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), dispõe sobre a reserva de vagas para Pessoa com Deficiência (PcD) nos cursos técnicos de nível médio e em cursos de graduação nas IFES, o acesso à educação superior é ampliado também para esse grupo de estudantes.

Entretanto, mesmo com as normativas, sabemos que "[...] planos de educação e textos oficiais (leis, diretrizes, dispositivos jurídico-normativos) são apenas partes da construção de uma política, mas não são capazes de assegurar que será implementada tal como foi pensada [...]" (SHIROMA, 2011, p. 16), portanto, se configuram em ações focalizadas que não garantem a permanência dos estudantes no ensino superior.

Para a implementação de uma política, tal como foi pensada e posta em um marco regulatório, é necessário que o Estado se responsabilize pela sua efetivação.

No âmbito da política educacional, é primordial que se universalize o direito à educação para a fim de promover a inclusão social.

Porém, na realidade brasileira, nota-se que "As redefinições do papel do Estado implicam o processo de democratização e a minimização de direitos universais e de qualidade para todos [...]" (PERONI, 2015, p. 26), pois a expansão do Ensino Superior não é acompanhada, com a mesma intensidade, por efetivas condições materiais para acontecer concretamente.

Na UFPA, assim como em outras IFES, a Assistência Estudantil se configura como um dos instrumentos de acesso, permanência e conclusão do curso de graduação de estudantes com menor poder aquisitivo, entretanto, a execução dos programas institucionais de AE ocorrem em meio ao contingenciamento orçamentário que as políticas educacionais e as universidades federais têm sofrido nos últimos anos.

2.2 A Assistência Estudantil e os compromissos do MEC na era bolsonarista

Desde 2013 a educação tem sofrido constantes cortes orçamentários, mas, após o golpe de 2016, que resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, o contingenciamento, sobretudo, no âmbito da educação federal tem causado um cenário preocupante e catastrófico.

A Emenda Constitucional 95/2016 (BRASIL, 2016b), aprovada no governo de Michel Temer, se caracterizou como "[...] o estrangulamento orçamentário e a conversão das universidades em agências captadoras de (inexistentes) projetos de pesquisa e desenvolvimento privados" (LEHER, 2019, p. 31), além de promover a crescente desobrigação do Governo Federal com as políticas educacionais, principalmente com o Ensino Superior público. Vale ressaltar que as ações de desfinanceirização das IFES se intensificaram na medida em que se avançava a crise política no país.

A última eleição presidencial no Brasil ocorreu em 2018 e durante a campanha política para eleger o seu futuro presidente, a sociedade brasileira se deparou com uma arrasadora protagonista na/da história política do país, as Tecnologias da

Informação e Comunicação (TIC).

Um país marcado por um regime colonizador e escravocrata segue sua história e se estrutura como terreno fértil na produção das desigualdades sociais impostas pelo capitalismo. Nesse terreno, não é difícil o fortalecimento de "[...] uma mídia que manipula a opinião pública com a produção sistemática das versões da realidade, versões que interessam a quem essa mídia representa e da qual é parte: o capital" (FRIGOTTO, 2017, P. 20).

Refletimos que as TIC influenciam a sociedade, entretanto, concordando com Dourado (2002) não podemos deixar de perceber a complexidade sociopolítica em que estamos inseridos, pois, as "[...] imagens, sons, narrativas fornecem símbolos, **mitos** e recursos que favorecem a constituição do senso comum desagregado e funcional" (DOURADO, 2002, p. 238, grifo nosso), portanto, devemos nos atentar para essa manipulação midiática.

Diante das "verdades" construídas pela mídia empresarial (FRIGOTTO, 2017), nos deparamos com assuntos como "kit gay", "meninas usam rosa e meninos usam azul", "plantação de maconha nas universidades", entre outros assuntos que ganharam notoriedade e credibilidade de parte da sociedade. Na era das *fake news*, outros grupos ganharam força

> [...] e quem está dominando as pautas são os setores ultraconservadores e aqueles ligados fortemente a setores evangélicos, defensores dos valores que denominam da "família tradicional" e também da ditadura militar, como se pode comprovar pelas redes que o Escola sem Partido conseguiu articular no Congresso Nacional. (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017, p. 60).

Esses ultraconservadores ganham forças e não medem esforços, junto aos seus aliados parlamentares, em favor da aprovação do Projeto de Lei nº 867/2015 (BRASIL, 2015) – Escola sem Partido – que tem como fundamento o retorno ao conservadorismo, sem nenhuma vinculação política, partidária e ideológica.

Foi nesse contexto sociopolítico que o Sr. Jair Messias Bolsonaro foi eleito em 2018, em segundo turno, para governar o Brasil por quatro longos anos. Como presidente, Bolsonaro elegeu sua equipe de trabalho e nomeou seus ministros, aos quais foi designada a missão de colocar em prática a ideia de "[...] que a pauta econômica e social efetivada pela violência, pela truculência e pelo irracionalismo é a

necessária para o Brasil superar a crise, ou melhor, para elevar a taxa de lucro médio dos capitalistas no país" (LEHER, 2019, p. 13).

Com base nos ideais ultraconservadores, Bolsonaro nomeou seus porta vozes do bloco do poder. Para o Ministério da Educação, e sob indicação de Olavo de Carvalho, "ideólogo" da família presidencial, o presidente nomeou o colombiano Ricardo Vélez Rodrigues, mas este não agradou seu padrinho e, então, amargou a demissão.

Conforme Leher (2019, p. 34), "[...] muitos militares de alta patente foram deslocados para o MEC; contudo, também os militares foram considerados demasiados "tecnocratas" e pouco afeitos ao viés ideológico fundamentalista pretendido pelo governo". Portanto, a escolha de um ministro para gerir a educação tinha como critério atender aos ideais de desmonte das universidades públicas, da educação crítica de modo geral.

Nessa concepção, Bolsonaro nomeou o Sr. Abraham Weintraub, no dia 8 de abril de 2019, também discípulo de Olavo de Carvalho. Abraham, enquanto gestor do MEC, promoveu uma série de críticas infundadas contra as universidades públicas e não mediu esforços para denegrir a imagem de estudantes e professores chamando de "balbúrdia" a educação crítica proveniente do ambiente acadêmico, além de contribuir com as ações de desmonte das IFES e contra a autonomia universitária, a qual é

> [...] sustentada como um valor universal para garantir espaços públicos de produção e socialização do conhecimento, livre de ingerências indevidas dos governos, igrejas e interesses particulares, sobretudo os econômicos e dos dispositivos de poder contra a vida. (LEHER, 2019, p. 42).

A Pós-Graduação não ficou isenta dos ataques e do corte de verbas promovido pelo governo anti-intelectual de Bolsonaro que, por meio da Portaria nº 34, de 9 de março de 2020 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), institui o corte de verbas, diminui bolsas para estudantes de mestrado e doutorado e desfinancia projetos de pesquisas nas universidades federais e, como consequência, aumenta as desigualdades no país.

Como a CAPES "[...] pode atuar na perspectiva de reduzir ou ampliar as desigualdades característica da formação econômica e social do país, uma vez que

essas disparidades são refletidas na expansão do nível superior de ensino [...]" (GUIMARÃES; BRITO; SANTOS, 2020, p. 49), a gestão do MEC não poupou esforços para desincentivar a Pós-Graduação no país e desmontar a educação superior.

Outro nome a passar pelo MEC foi o Sr. Carlos Aberto Decotelli, o qual chegou a ser nomeado, mas, logo pediu demissão e não tomou posse do cargo, visto que seu currículo falacioso gerou polêmica.

Atualmente o Ministro da Educação é o professor Milton Ribeiro, o qual demonstra a cada dia, com suas declarações preconceituosas, inclusive contra estudantes com deficiência, a forma de gerir uma das pastas mais importantes do país. Seus pensamentos e frases polêmicas convergem com as ideias excludentes de acesso à educação, além de tentar segregar ainda mais as pessoas pobres, pretas e da periferia, do próprio Jair Bolsonaro.

Logo se vê que o Ministério da Educação não é, nem nunca foi, uma prioridade no governo Bolsonaro, uma vez que este reduz a atuação direta do Estado nas políticas sociais, sobretudo, na política educacional, pois sua tendência é promover maiores possibilidades de privatização da educação, desde o ensino básico à Pós-Graduação, ao cumprir a agenda neoliberal pautada no neofascismo.

Diante do cenário catastrófico que vivencia a educação brasileira, em todos os níveis, com a desfinaceirização do ensino, principalmente do Ensino Superior, os estudantes sofreram e sofrem demasiadamente o impacto da crescente desigualdade e exclusão social, da pobreza, sobretudo, nesse momento de crise sanitária gerada pela Covid-19 e pela péssima gestão do Governo Federal, a permanência estudantil nas universidades públicas se tornou inviável.

Os estudantes contemplados com os auxílios da Assistência Estudantil da UFPA, assim como os estudantes atendidos pelas bolsas financeiras disponibilizadas via PBP/MEC, vislumbram a possibilidade da inclusão social efetiva, da emancipação humana e de enfretamento à pobreza para conquistar sua autonomia.

Esse enfrentamento é marcado por uma feroz luta frente às disparidades de renda e riqueza impostas pelo capital. Para David Harvey (2016, p. 153):

> A luta pela distribuição da riqueza social tem sido contínua desde o início da história do capitalismo, e os resultados variam fortemente de um país para o outro, de uma região ou cidade para a outra, porque grupos diferentes lutam por vantagens sobre os outros, assim como sobre os grupos e classes

> dominantes, pelo que consideram sua parcela justa e apropriada do produto do trabalho social.

Portanto, o recebimento de um auxílio financeiro pode significar a real oportunidade de permanência e conclusão do curso de graduação, principalmente para estudantes pobres, subjugados pela classe dominante. Porém, o que atualmente acontece no Brasil é o descaso proposital, articulado e cruel com relação as políticas públicas, especialmente com a política educacional, pois o Estado brasileiro vê a educação como gasto público e não um "[...] investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço" (CHAUÍ, 2003, p. 11).

Esse contexto social de pobreza, exacerbação do capitalismo, exclusão social, submissão da classe trabalhadora exige da sociedade civil um posicionamento crítico diante da barbárie intensificada pelas ações do Estado, o qual é capitaneado por um governo fascista.

Dessa feita, se faz necessária a consciência da classe proletária, é imprescindível que os trabalhadores se mantenham atentos, principalmente, na correlação de forças entre o Estado e a sociedade mais empobrecida. É preciso compreender e enaltecer o valor da ciência, mas, além disso, necessitamos de organização coletiva para ocupar nosso lugar nessa sociedade de disputas, permeada de problemas políticos e sociais.

Aos estudantes e trabalhadores da política educacional, em todos os níveis de educação, mas, sobretudo, do Ensino Superior, é importante entendermos os atuais acontecimentos e eventos promovidos pelo bloco do poder para desmontar a educação crítica, ou seja, a universidade pública, gratuita e de qualidade.

3 CONCLUSÃO

Elaboramos esse artigo com o objetivo de apresentar um estudo bibliográfico e documental acerca da Assistência Estudantil no Brasil e na Universidade Federal do Pará enquanto universidade *multicampi*, a qual executa a AE institucionalmente e que enfrenta todas as dificuldades orçamentárias impostas pelo Governo Federal às

Instituições Federais de Ensino Superior.

Além disso, nosso estudo se configura como uma forma de reconhecimento da luta que as Instituições de Ensino Superior públicas historicamente travam contra o desfinanciamento do Ensino Superior público, mas, também, chama a atenção para a necessária e urgente luta e resistência de estudantes e professores contra os ataques, a ameaça e o desmonte das políticas educacionais.

No decorrer da pesquisa foi possível perceber a importância da temática eleita, pois entendemos que AE no Brasil e na UFPA se assenta como reflexo da expansão do Ensino Superior no país, porém, como uma lógica de política focalista e excludente, pois, seleciona os mais vulneráveis dos vulneráveis socioeconomicamente e que, portanto, não se efetiva enquanto como política capaz de atender "[...] ao conjunto de estudantes, no sentido de prover moradia, alimentação, creche, acessibilidade e condições materiais para estudar e concluir seus estudos em condições satisfatórias" (SANTIAGO, 2014, p. 120-121).

O tratamento do tema de maneira teórica e documental exigiu um olhar para as ações do Ministério da Educação do governo bolsonarista, então, percebemos o descaso premeditado com a política educacional em todos os níveis, mas, confirmamos os esforços dos ministros da educação que passaram pelo MEC e deixaram sua marca de destruição, retrocessos e atrasos propositais, sobretudo, na educação superior pública.

Nesse contexto, compreendemos que na medida em que a Universidade é obrigada a acompanhar o avanço do neoliberalismo no Brasil, principalmente, pela escassez de recursos financeiros e de políticas públicas efetivas, enfrenta a descaracterização da educação enquanto direito social e responsabilidade do Estado, uma vez que a gestão do Sr. Jair Bolsonaro e sua equipe não possui nenhum compromisso com a classe trabalhadora, com a educação crítica, com a ciência, a saúde, a moradia, a erradicação da fome e da extrema pobreza.

Concluímos que o projeto ultraneoliberal de educação em curso, principalmente, no Ensino Superior no brasileiro se acelerou demasiadamente com a má gestão do atual governo federal.

Constatamos que a luta contra os ataques, a ameaça e o desmonte das

políticas sociais, com foco nas políticas educacionais, no caso desse estudo, "[...] requer esforço dobrado, enfrentar restrições financeiras, enfrentar polêmicas ásperas, agressões e ameaças" (LEHER, 2019, p. 184), para tanto, necessitaremos do conhecimento crítico, da luta coletiva e da Universidade pública mais viva do que nunca.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016b.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm> Acesso em: 29 ago. 2021.

_____. **Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957.** Cria a Universidade do Pará e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3191-2-julho-1957-354771-normaatualizada-pl.html> Acesso em: 29 jul. 2021.

_____. **Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009.** Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará, por desmembramento da Universidade Federal do Pará e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/sobre-a-ufopa/lei-de-criacao/> Acesso em: 29 jul. 2021.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 25 jan. 2020.

_____. **Lei nº 12.824, de 5 de junho de 2013a.** Dispões sobre a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, por desmembramento da Universidade Federal do Pará e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30039858/> Acesso em: 29 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016a.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm> Acesso em: 25 jan. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013b**. Disponível em: <http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf> Acesso em: 23 jan. 2020

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. **Portaria nº 34, de 9 de março de 2020**. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3443> Acesso em: 28 ago. 2021

_____. **Projeto de Lei nº 867/2015**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> Acesso em: 26 jan. 2020.

CAMARGO, Arlete, et al. **UFPA: um modelo de Universidade multicampi para a Amazônia**. In.: A universidade no Brasil: concepções e modelos / Marilia Morosini, organizadora. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Poços de Caldas, MG, em 5 de outubro de 2003. Revista Brasileira de Educação. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf> Acessado em 19 abr. 2019.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Poder do Estado e Poder dos docentes: Um olhar sobre o movimento docente na UFPA**. Vera Lúcia Jacob Chaves. Belém-Pará: SPEP/GRAPHITTE, 1997.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90**. Revista Educação e Sociedade., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf> Acesso em: 20 jan. 2020.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: **Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira** / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 p.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: Geórgia Cêa; Sonia Rummert. Leonardo Gonçalves. (Org.). **Trabalho e Educação: interlocuções marxistas**. 1ed.Rio Grande: Editoria da FURG, 2018, v. 1, p. 87-124.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira** / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 p.

GUIMARÃES, André Rodrigues; BRITO, Cristiane de Sousa; SANTOS, José Almir Brito dos. **Expansão e Financiamento da Pós-Graduação e desigualdade regional no Brasil (2002-2018)**. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 41, p. 47-71, Edição Especial, 2020.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo** / David Harvey; tradução Rogério Bettoni. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo,2016.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública** / Roberto Leher. – 1. ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 232 p. (Emergências).

MARQUES, Gilberto de Souza. **UFPA: pública e gratuita** / Gilberto Marques de Souza ... [et al.]. Belém, PA: Paka-Tatu, 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação** / Organizadora Vera Maria Vidal Peroni. – São Leopoldo: Oikos: 2015.

PARÁ. **Universidade Federal do Pará**. Missão, Visão e Princípios da UFPA. Site Página Inicial. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/missao-visao-principios> Acesso em 30 jul. 2021.

SANTIAGO, Salomão Nunes. **A Política de assistência estudantil no governo Lula: 2003 a 2010**. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2014. P. 238. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6177>
Acesso em: 20 ago.2021.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: **Políticas para a educação: análises e apontamentos** / Mário Luiz Neves de Azevedo, Angela Mara de Barros Lara (organizadores) prefácio: Afrânio Mendes Catani. Maringá: Eduem, 2011. Disponível em: <https://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/03/capitulo-eneida.pdf> Acesso em: 25 jan. 2020.